

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL–CREDN**

REQUERIMENTO N.º _____ DE 2008

(Da Senhora Íris de Araújo)

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, após a manifestação do plenário desta comissão, a realização de Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na Câmara Municipal de Goiânia, com a presença do Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Celso Amorim, o Superintendente do Departamento de Polícia Federal em Goiás, Dr. Rogério Augusto Viana Galhoro, o Diretor do Departamento de Estrangeiro das Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Dr. Luciano Pestana e da repórter do jornal goiano O POPULAR, Marília Assunção, para discutirem sobre a migração e o trafico de mulheres brasileiras para a UE para serem exploradas sexualmente em boates, casas noturnas e em redes de prostituição.

JUSTIFICATIVA

É comum vermos nos jornais de Goiás e na mídia nacional reportagens que revelam detalhes da rota da prostituição na Espanha e em

Portugal, onde mulheres brasileiras são submetidas a uma rotina de violência, exploração, drogas, humilhação e sexo forçado.

Somente na Espanha foram identificadas 200 redes que exploram mulheres em clubes, sob condições que se enquadram como tráfico de pessoas, revela recente série de reportagens assinada pela jornalista Marília Assunção, do jornal O POPULAR.

Entre os aliciadores de escravas sexuais está a goiana Zenilde Borges, presa pela quinta vez sob acusação de explorar uma adolescente brasileira de apenas 14 anos.

Na província de Badajóz, no Sul da Espanha, mulheres goianas estão entre 70% e 80% das prostitutas brasileiras locais. Ali funcionam cerca de 4 mil casarões com seus luminosos coloridos, mas que escondem no seu interior um roteiro de dor e de sofrimento para jovens vítimas de aliciadores.

O número de prostitutas brasileiras na Espanha é maior que o de outras nacionalidades.

Estatísticas apontam crescimento. De 2004 a 2005, o número de mulheres do Brasil exploradas saltou de 3 mil 789 para mais de 5 mil.

Redes de exploração de mulheres iludem imigrantes brasileiras que sonham em ganhar fácil até 10 mil euros por mês, mas que acabam submetidas à prisão e ao terror.

Segundo a ONU, o tráfico de pessoas com fins sexuais é um negócio que gira por ano 32 bilhões de dólares e faz 2,5 (dois vírgula cinco) milhões de vítimas!

Mulheres brasileiras continuam sendo exploradas a despeito de tratados e convenções internacionais.

Dos 47 países que formam o Conselho da Europa, 38 já assinaram convênio contra o tráfico de pessoas. A Espanha ainda não se posicionou a este respeito.

Os negócios escusos produzem lucro fácil para agenciadores, mas brasileiras são obrigadas a pagar até o lençol em clubes que fazem de mulheres um mero objeto que se usa e se descarta!

É preciso, que as autoridades brasileiras intervenham, desde a conscientização no próprio País, até a assistência às milhares de mulheres imigrantes vítimas desta rede de exploração que se apresenta como um dos mais violentos atentados aos direitos fundamentais da pessoa humana.

É imprescindível que o Itamaraty estabeleça imediatamente um programa de ação para reverter este cenário de atrocidades.

Desta forma, faz-se necessária a realização de audiência pública para se discutir o tema e encontrar mecanismos para proteger as mulheres brasileiras da exploração sexual e do tráfico de pessoas.

A escolha da cidade de Goiânia para a realização da audiência pública desta comissão, deve-se ao fato de o Estado de Goiás figurar nas estatísticas nacionais como um dos Estados que mais enfrenta problemas de tráfico de mulheres, para fins de exploração sexual.

Solicito aos meus pares, a aprovação deste requerimento.

Iris de Araújo
Deputada Federal